



CONGRESSO

Dosimetria vira "missão de honra"

O veto integral de Lula unificou a oposição, que trata a derrubada como prioridade absoluta. A articulação envolve partidos de direita e Centrão para impor ao Planalto uma derrota simbólica logo no início do ano legislativo

» ALÍCIA BERNARDES

A oposição ao governo Lula transformou o veto integral ao projeto de lei da Dosimetria em seu principal instrumento de pressão política para a retomada dos trabalhos do Congresso. Nos corredores da Câmara e do Senado, o clima é de mobilização permanente. Líderes de partidos como PL, Republicanos e setores do Centrão já tratam a derrubada do veto como uma “missão de honra” para marcar o início do ano legislativo e impor uma derrota simbólica ao Planalto.

Segundo parlamentares que participam das conversas reservadas, a reação não foi improvisada. Desde dezembro, quando o Palácio do Planalto deixou claro que barraria o texto, dirigentes da oposição passaram a mapear votos e a alinhar discursos. “A gente já sabia que Lula ia vetar. Isso foi conversado dentro das bancadas ainda antes do recesso. A ordem agora é pressionar para votar o quanto antes e derrubar tudo”, afirmou um deputado do PL envolvido diretamente nas articulações.

Nos bastidores, a avaliação é de que o governo escolheu deliberadamente elevar a tensão com o Congresso ao vetar um projeto que teve amplo apoio parlamentar. Para lideranças oposicionistas, o Planalto desconsiderou acordos políticos e ignorou a correlação de forças no Legislativo. “O recado foi claro: o governo não quer dividir poder, quer impor sua narrativa. Isso vai custar caro”, afirmou.

A estratégia traçada inclui não apenas a mobilização formal dos partidos, mas também um trabalho de convencimento individual de parlamentares do Centrão, especialmente aqueles que votaram a favor do projeto. Líderes do PL têm conversado com deputados do PSD, União Brasil e PP para garantir que o placar que aprovou o texto seja repetido na sessão do veto. O discurso usado nessas conversas é que a derrubada seria uma defesa da autonomia do Congresso frente ao Executivo.

Outro eixo da articulação envolve a comunicação. A oposição pretende usar as redes sociais, pronunciamentos em plenário e entrevistas para sustentar a narrativa de que o veto representa perseguição

Leonardo Sá/Agência Senado



Em recesso parlamentar, o Congresso vai apreciar em sessão conjunta com deputados e senadores o veto de Lula ao PL da dosimetria: tendência é de que ocorra após o carnaval

política e impede a pacificação do país. Integrantes do grupo afirmam que a ideia é manter o tema “vivo” durante todo o período pré-carnaval, para que o Planalto chegue à votação sob forte pressão pública.

Nesse ambiente, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), relator do projeto, assumiu o papel de porta-voz da insatisfação parlamentar. Em conversas reservadas, ele tem dito que o veto foi interpretado como um gesto de desprezo ao Legislativo. Publicamente, classificou a decisão como

uma reabertura de feridas institucionais e defendeu que o Congresso reafirme sua autoridade derrubando a decisão presidencial.

Articulação

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RI), também atua como um dos articuladores centrais. Ele tem repetido a aliados que o governo subestimou a capacidade de reação da oposição e que há votos suficientes para reverter o veto. “Eles acham

que controlam o Congresso. Vamos mostrar que não”, teria dito em reunião de bancada, segundo um deputado presente.

No Senado, o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), tem buscado unificar o discurso entre os senadores de direita e centro-direita. A palavra de ordem é transformar o tema em um símbolo de resistência política. Flávio Bolsonaro (PL-RJ) segue a mesma linha e já avisou que vai atuar pessoalmente para garantir quórum e votos favoráveis à derrubada do veto.

Para a oposição, o projeto da dosimetria é mais do que uma revisão técnica de penas: tornou-se um marco político. O texto previa redução de punições e regras mais brandas de progressão de regime para condenados pelos atos de 8 de janeiro, algo que os parlamentares da direita tratam como correção de “excessos”. Manter o veto, na visão deles, significaria aceitar uma lógica de punição que consideram ideológica.

Mesmo cientes de que a sessão que analisará o veto deve ocorrer

apenas após o carnaval, líderes oposicionistas veem o intervalo como decisivo. A leitura interna é que, quanto mais tempo o governo tiver para organizar a base, mais difícil será a derrubada. Por isso, a pressão por uma votação rápida se mistura a uma ofensiva política permanente contra o Planalto.

Nos bastidores, o clima é de confronto aberto. Para esses parlamentares, a disputa em torno da dosimetria virou um teste de força entre o Congresso e Lula, e a oposição aposta que pode vencer.

Processo contra Heleno

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República abriu um processo contra o general Augusto Heleno, de forma preliminar. O procedimento antecede a possível instauração de um Processo de Apuração Ética (PAE).

Segundo informações do Ministério da Casa Civil, o processo ocorrerá de acordo com o decreto que institui o Sistema de Gestão Ética do Poder Executivo Federal. O decreto prevê 10 dias para o investigado se manifestar.

A Casa Civil, porém, não informou a data de instauração do processo nem motivo para a abertura. Informações de bastidores indicam que o objeto do processo está relacionado a falas do ex-ministro

durante reunião ministerial em 5 de julho de 2022.

Na ocasião, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) cobrou dos auxiliares reação e um “plano B” diante da alegada fraude no sistema eleitoral.

Então chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Heleno pregou uma ação antes da disputa eleitoral. “Nós vamos ter que agir. Agir contra determinadas instituições e contra determinadas pessoas”, disse o general. “Não vai ter revisão do VAR. Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa, é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa, é antes das eleições.”

Além de Heleno, estavam na

reunião os ex-ministros Anderson Torres (Justiça), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Walter Braga Netto (candidato a vice de Bolsonaro em 2022).

Após a instrução processual, será proferida a decisão conclusiva, com a possível recomendação de abertura de procedimento administrativo.

Heleno foi condenado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) a 21 anos de prisão por envolvimento no núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado para manter Bolsonaro no governo. O militar se encontra atualmente em prisão domiciliar após apresentar laudos que comprovam seu quadro de demência causado pelo Alzheimer.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O general cumpre pena em prisão domiciliar após condenação pelo Supremo Tribunal Federal